

Por Thais Folego

### ***Enquanto empresas buscam seguro, instituições financeiras fazem provisões***

Endividadas e vendo seu faturamento encolher devido à recessão, os problemas financeiros das empresas estão batendo forte nos balanços dos bancos e preocupam também o governo.

O número de empresas que pediram recuperação judicial no primeiro trimestre bateu recorde: foram 409 ocorrências, equivalente a um crescimento de 114,1% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a Serasa Experian.

A recuperação judicial é uma medida para evitar a falência de uma empresa e permite que a companhia defina um plano para reestruturar sua dívida e reorganizar os seus negócios.

“Esse número de recuperações judiciais vai aumentar ainda mais. O problema é que não temos um horizonte [de melhora]”, diz Marcele Lemos, presidente da seguradora de crédito Coface.

Além dos balanços de bancos, a inadimplência de empresas tem batido também nas seguradoras de crédito, que cobrem o calote no crédito mercantil, ou seja, de uma empresa em seu fornecedor de insumos e mercadorias.

Segundo Marcele, os setores com os maiores riscos são os mais sensíveis ao desempenho da economia e do consumo, como o de construção, eletroeletrônicos, têxtil e calçadista e siderúrgico.

Diante desse cenário, a demanda por proteção disparou. Os pedidos de cotação de seguro na Coface no primeiro trimestre superaram em 50% todo o volume do ano passado inteiro.

“A inadimplência permanece em clara tendência de alta”, avaliam os analistas do BTG Pactual Eduardo Rosman e Gustavo Lobo, após analisar o relatório de crédito de março divulgado pelo o Banco Central nesta semana.

O índice de inadimplência das empresas superior a 90 dias subiu 4,9% em março, ante 3,9% no mesmo mês do ano passado. Os atrasos entre 15 e 90 dias – um termômetro dos calotes – subiu de 3,2% para 4,1% na mesma base de comparação.

### ***Colchão para calote***

Devido a esse cenário, os bancos têm aumentando suas provisões contra perdas (PDD, no jargão do mercado). Dos grandes bancos que já anunciaram os resultados do primeiro trimestre, o Bradesco reservou R\$ 5,4 bilhões com provisões de janeiro a março, valor 52% superior na comparação com um ano antes. O Santander separou R\$ 2,4 bilhões em provisões, cifra 14,8% maior na comparação anual.

E as empresas foram responsáveis por grande parte dessas provisões para possíveis perdas. O Bradesco, por exemplo, gastou R\$ 836 milhões no primeiro trimestre para fazer frente a um possível calote de uma grande empresa de óleo e gás. O banco não revelou o nome da companhia, mas o mercado presume que seja a Sete Brasil.

A Fitch estima que a despesa dos bancos para provisões contra perdas em 2015 cresça 17,2% no cenário base – que considera queda de 2,5% do PIB, taxas de juros em 14,25% e desemprego em 11%. No pior cenário – contração de 4,5% do PIB, Selic de 16% e desemprego em 15% – as despesas com PDD podem avançar 32,4%.

Os analistas do BTG observam que os bancos estão fazendo o que podem para controlar o índice de calote: aumentaram a venda de carteiras de créditos inadimplentes, subiram as taxas de juros cobradas, restringiram as condições de concessões e mudaram o mix da carteira de crédito, focando em linhas de menor risco.

Por conta disso, inclusive, o ritmo de deterioração dos ativos dos bancos tem sido “surpreendentemente” gradual, observam os analistas.

A possibilidade de um surto de inadimplência de grandes empresas e seu impacto no sistema financeiro é tão preocupante que a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e o BC já estão discutindo uma espécie de “Proer” para o setor privado, segundo o jornal *Valor Econômico*.

O remédio viria na forma de flexibilização das regras de capital (Basileia) dos bancos brasileiros, que são mais conservadoras do que as adotadas no exterior, permitindo que eles operem com empresas em dificuldades sem ter que aportar mais capital.

**Fonte:** [O Financista](#), em 29.04.2016.